

O Fórum Nacional das Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS - FNTSUAS, vem a público MANIFESTAR sua indignação e protesto frente aos violentos ataques impostos pelo Governo Federal que produzem reflexos nos Estados e Municípios.

A Política de Seguridade Social, construída com todo o empenho da militância dos movimentos sociais e incorporada na Constituição Federal de 1988, encontra-se ameaçada. Não podemos ficar imobilizados e esperar que parlamentares alterem seus acordos e conchavos políticos legitimados pelo capital. Trabalhadoras e Trabalhadores da Seguridade Social devem se engajar nas Lutas da Classe Trabalhadora, devem se reconhecer como protagonistas e se empenhar na promoção dos movimentos necessários para barrar o desmonte em curso.

A aliança estratégica com a população usuária dos serviços é fundamental, tanto para ampliar o conhecimento a respeito dos retrocessos atuais, como para fazer os enfrentamentos em cada um dos pilares da seguridade social.

Quanto à Saúde Pública, não abrimos mão da qualidade e da máxima que afirma: “Saúde não se vende. Saúde não é mercadoria”. Assim, juntamente com o Fórum contra a Privatização do SUS, é necessário lutar contra a mercantilização, os recursos financeiros do capital internacional, os planos populares de Saúde e as mudanças na política nacional de atenção básica (PNAB).

Ademais, os constantes ataques aos direitos sociais não se resumem à Emenda Constitucional 95/2016 (mais conhecida como a PEC do Teto ou, ainda, a PEC da Morte), que instituiu o novo Regime Fiscal e estabeleceu limites para gastos públicos da União com políticas sociais pelos próximos 20 anos. Também a aprovação da reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, e o corrente projeto da reforma da Previdência, configuram-se como nefasta contrarreforma, pois ampliam a precarização das relações e das condições de trabalho, instituem a retirada de diversos direitos assegurados e, em algumas situações, propiciam situações laborais análogas à escravidão.

Na realidade, essas contrarreformas constituem indiscutível barbarização da vida e da dignidade humana e, além disso, aumentarão o número de pessoas dependentes dos serviços da assistência social como meio de garantir a própria sobrevivência. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), portanto, é relegado e negado em nome das elites brasileiras, que aumentam a desigualdade social e repassam à sociedade a responsabilidade pelos problemas decorrentes da miséria e da ausência de acesso a bens e serviços.

Ao delegar esse papel à sociedade brasileira, o governo retrocede e desresponsabiliza o Estado de suas atribuições, retomando e reafirmando posturas duramente criticadas e combatidas por nós, trabalhadoras e trabalhadores do SUAS, que são o incentivo ao “voluntariado” e ao “primeiro-damismo”. O retrato desse retrocesso são os Programas “Criança Feliz” e “Progredir”. Ambos são desconectados das seguranças afiançadas pelo SUAS e são pautados em ações pontuais e conservadoras.

Nós, Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS, defendemos a PROTEÇÃO SOCIAL mediante recursos públicos. O Governo Federal, ao reduzir drasticamente o financiamento da Assistência Social para 2018, inviabiliza a execução dos serviços socioassistenciais e repassa, aos Estados e aos Municípios, a responsabilidade de manter os serviços sem o cofinanciamento firmado no pacto federativo, retirando consideráveis recursos financeiros e profissionais da Assistência Social.

Conclamamos, assim, a todas e todos os presentes na *XI Conferência Nacional de Assistência Social*, a defendermos o SUAS que queremos!

Fórum Nacional de Trabalhadoras e Trabalhadores do SUAS

Brasília/DF, 05 de Dezembro de 2017